

HABEAS CORPUS Nº 548.379 - RS (2019/0355738-7)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RICARDO MARQUES BORBA - RS017316
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : VINICIUS MARQUES BRUM (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. REINCIDÊNCIA. RECONHECIMENTO PELO JUÍZO DAS EXECUÇÕES. MATÉRIA NÃO ANALISADA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de VINÍCIUS MARQUES BRUM contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no Agravo em Execução Penal n.º 70082875832.

Contra a decisão do Juízo das Execuções que deferiu o pedido do Paciente de progressão de regime e de livramento condicional, o Ministério Público estadual interpôs agravo em execução penal, que foi provido, "*impondo a regressão ao regime fechado e reformando a decisão que deferiu a progressão de regime e o livramento condicional ao apenado*" (fl. 145).

Neste writ, a Defesa argumenta que, "*se o paciente cumpre pena total por delitos de natureza diversa, com fracionamentos de livramento condicional diferenciados, as penas não podem ser equiparadas*" (fl. 4).

Assevera que "*a soma das penas não determina a homogeneização de seu tratamento, preservando suas características originais. O processo de execução não pode modificar para pior o título executivo*" (fl. 5).

Sustenta que há constrangimento ilegal na "*tentativa de estender a condição de reincidência sobre o total da pena em cumprimento*" (fl. 5).

Requer, inclusive liminarmente, "*seja deferido o livramento condicional ao*

Superior Tribunal de Justiça

paciente, restabelecendo-se a decisão de primeiro grau" (fl. 6).

É o relatório. Decido.

Inicialmente, observo que o Tribunal de origem não se manifestou sobre a suposta ilegalidade apontada nas razões deste writ – "*tentativa de estender a condição de reincidência sobre o total da pena em cumprimento*" (fl. 5) –, razão pela qual essa matéria não pode ser examinada neste writ, sob pena de indevida supressão de instância.

Dessa forma, "*considerando que a Corte de origem não se pronunciou sobre os referidos temas exposto na presente impetração, este Tribunal Superior fica impedido de se debruçar sobre as referidas matérias, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância*" (AgRg no HC 513.941/MS, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 07/11/2019, DJe 26/11/2019).

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora